

Política

CONSTITUINTE

Quase 20 meses depois de instalada, a Assembléia Nacional Constituinte realiza hoje a votação final do texto da futura Carta Magna do País, a ser promulgada no dia 5 próximo.

Enfim, hoje, a última votação.

A Constituinte reúne-se às 9h30 de hoje para aprovar a redação final da nova Constituição, pondo fim, assim, a um trabalho de quase 20 meses. Quando ela voltar a reunir-se, no dia 5 de outubro, já será para a solenidade de promulgação, que será em vigor o novo texto. A partir de amanhã, todas as atenções, no Congresso Nacional, estarão voltadas para os preparativos da sessão solene.

O problema da votação em dois turnos de matéria nova introduzida no texto da Constituição, o chamado segundo turno, ficou resolvido ontem à noite, após um dia inteiro de negociações entre o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, e o líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim.

Eles decidiram que, ao abrir a sessão, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, irá declarar que a votação de hoje tem o objetivo de aprovação da redação final e também de convalidação do mérito. Segundo explicou Carlos Sant'Anna, tendo esta votação o caráter de convalidações de mérito, ficam sanadas as preocupações que havia levantado sobre a necessidade de duas votações para matérias novas. A solução encontrada, embora não seja a melhor, em sua opinião, "é satisfatória" e tem força de uma decisão formal que inibirá recursos à Justiça.

Com esta decisão ficou mais ou menos garantido que a votação de hoje não será tumultuada com interrupções para questões de ordem ou recursos. A redação final, que ontem à tarde estava acabando de ser montada no Centro de Processamento de Dados do Senado, com as últimas alterações aprovadas pela Comissão de Redação, começou a ser entregue a cada um dos constituintes, em seus gabinetes, na noite de ontem, em cópias produzidas pelo computador, ficando as cópias impressas para serem distribuídas hoje pela manhã.

Apesar de não se esperar problemas para a votação — todas as questões controvertidas foram resolvidas pela própria Comissão de Redação e pelas lideranças — o vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE), anunciou que pedirá, antes da votação, o pronunciamento do plenário a respeito da limitação dos juros em 12% reais (acima da correção monetária) por ano. A Comissão decidiu manter essa limitação como parágrafo e não como inciso, como queria Inocêncio de Oliveira. A diferença,



Ulysses, ontem, folheando o texto final a ser votado hoje.

nota ele, é que o inciso não deixa margem à dúvida: a aplicação do limite fica na dependência de lei complementar.

Na sessão de hoje, encaminhando a votação, podem falar o líder e mais dois representantes de cada partido. A sessão poderia prolongar-se por até cinco horas. Mas Ulysses Guimarães estava mantendo entendimentos com as lideranças para indicarem apenas um representante.

A partir de amanhã, os constituintes poderão apor suas assinaturas no texto da nova Constituição. Cada um tem que assinar cinco vezes, porque são cinco originais, destinados à Câmara, ao Senado, à Presidência da República, ao Supremo Tribunal Federal e ao Arquivo Nacional. Os constituintes assinarão em folhas soltas, distribuídas em 14 mesas, numa sala contígua ao plenário da Câmara. Alguns virão com a família e querem ser fotografados assinando a Constituição.

"Por amor a Deus"

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, instalará a sessão única de votação final da nova Constituição "certo de que haverá senso de responsabilidade" e que "será impatriótico demorar um minuto ou um segundo a mais". Ontem, no final da manhã, na sede do Prodasen - Centro de Processamento de Dados do Senado, onde acompanhava a montagem e a reprodução do projeto a ser distribuído aos constituintes, Ulysses fez seu último apelo: "Vamos votar, por amor a Deus, por amor a este País, para servir a este País. Vamos votar este texto que já foi escolhido de to-



Com Cabral e Konder Reis

das as imperfeições. A Nação está precisando dessas definições".

Respondendo a indagações sobre recursos e questões de ordem que poderiam ser apresentados contra a aprovação de disposições novas, o presidente da Constituinte afirmou: "Se há um projeto votado em turno, infraturno, subturno, supraturno foi este; estamos há 20 meses metidos nisso." Lembrou o trabalho das subcomissões, Comissões Temáticas, Comissão de

Sistematização, o plenário, a liberalidade com que usou o regimento, sendo até censurado por isto, enfim, todas as etapas de votação, para acrescentar: "A essa altura pelo amor de Deus, nós estamos todos, e até fisicamente, carecas de conhecer este assunto".

Informado de que o PFL havia desistido de apresentar recurso à Mesa da Constituinte contra a manutenção do limite da taxa de juros em 12% como um parágrafo, Ulysses comentou que o gesto se enquadra na "linha de cooperação que o PFL sempre teve no curso de toda a tramitação constitucional". "Houve divergências — acrescentou — até profundas, mas eles sempre estiveram presentes, trouxeram colaboração, embora discordando ou votando não. Esse passado é respeitável."

Sem destaques

O presidente da Constituinte não vai também admitir destaques, pois "na tradição em matéria de redação, não há votação destacada". Ulysses aproveitou para fazer um elogio especial ao trabalho da Comissão: "Saímos daqui ontem (terça-feira) depois da meia-noite e hoje (ontem) de manhã já temos o texto votado. O Bernardo Cabral e os relatores adjuntos passaram a noite aqui, no Prodasen. À tarde todos os constituintes terão o projeto em seu escaninho". Ele próprio passou a manhã no Prodasen acompanhando a montagem do texto votado pela Comissão de Redação.

Perguntado se esperava para hoje uma sessão tranquila, Ulysses explicou que "na política, não tem tranquilidade; quem se mete na política não pode esperar tranquilidade, tem que ter coração forte". E, ao reafirmar que é necessário votar logo o texto, disse orientar-se sempre por um pensamento de Santo Inácio de Loyola: "Pensar como se estivesse na quietude de um templo, e agir como se estivesse no fragor da batalha". E extraiu a moral da história: "Já pensamos demais, como se estivéssemos num templo; agora, estamos no fragor da batalha, para levar esta Constituição aos lares brasileiros".

Apesar do acordo a que chegaram os líderes Carlos Sant'Anna e Nelson Jobim, o presidente da Constituinte demonstrava alguma preocupação com a votação de hoje, pois ele acredita que muitos constituintes possam levantar questões de ordem apenas para marcar posições pessoais ou de seus partidos.

O PT assina, mas votar não.

O Partido dos Trabalhadores vai votar "não" na sessão de hoje da Constituinte que aprovará a redação final da nova Constituição, mas não se recusará a assinar todas as cópias como participante dos trabalhos. Já o recebimento da medalha comemorativa, que será entregue no dia da promulgação da nova Carta, ficou para a decisão individual de cada parlamentar do partido, se bem que o líder do PT, Lula, já solicitou a Ulysses Guimarães que desista da ideia das medalhas.

Cheidde, o ausente, não assina.

O deputado federal Felipe Cheidde (PMDB-SP), segundo maior ausente da Constituinte, com 857 faltas durante as 911 sessões até agora realizadas, decidiu não participar hoje da votação final do texto constitucional nem assinar a nova Carta, para não compactuar com algumas medidas que foram aprovadas. Cheidde justifica: "Desde o início captei a tendência suicida da Constituinte, dominada em postos-chave por esquerdistas que não aprenderam até agora as lições da União Soviética e da China, e por isso me afastei".

"A Constituição não tem dono"

O senador Mário Covas (PSDB-SP) criticou ontem, em Belo Horizonte, onde esteve para participar do lançamento da campanha de rua do candidato tucano à Prefeitura, Pimentel da Veiga, o discurso atual do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que procura vincular a nova Constituição ao PMDB. "Imaginar que uma pessoa ou um grupamento político seja dono da Constituição é, no mínimo, um exagero". Covas nega que estivesse aproveitando a ocasião para lançar candidato à sucessão de Sarney.

As críticas dos juristas

Uma crítica generalizada à nova Constituição, com diversos de seus preceitos considerados de aplicação inviável, foi a tônica de praticamente todas as manifestações dos juristas durante as conferências que encerraram ontem o II Fórum Jurídico Brasileiro, que durante três dias reuniu em Belo Horizonte 550 juízes, advogados, desembargadores, ministros e outros profissionais de todo o País. Uma pesquisa feita entre os participantes revelou que 77,8% deles têm como certo que ela provocará o aumento da carga tributária no País; 67,3% consideram que o tabelamento de juros e o tratamento dado ao capital estrangeiro foi inadequado e 79,3% esperam aumentos reais de preços e serviços por causa dos direitos sociais concedidos.

Segundo o presidente da Academia Internacional de Direito e Economia, tributarista Ives Gandra, coordenador do Fórum, são tantas as ambigüidades e necessidade de complementações legais para regulamentação da Constituição que "nos próximos meses e anos, se assistirá à mais alta carga de trabalho de toda a história da jurisprudência do Brasil". Para o jurista Diogo de Figueiredo, procurador do Estado do Rio de Janeiro, nos próximos anos o País viverá um imenso processo de discussões para que a Constituição passe a ter definições.

"O que será promulgado — disse Diogo de Figueiredo — é uma Constituição de indefinições, que levantou os problemas ao País a nível constitucional, mas não levantou soluções, como o fez a de 1946. Será necessário um universo de textos infraconstitucionais para dar-lhe eficácia e seria preferível uma constituição sintética e definitiva, a esta, uma Constituição analítica, de baixa definição."

O jurista José Alfredo de Oliveira Baracho, titular de Direito Constitucional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), chegou a prever que a estrutura do Judiciário terá de ser ampliada em cerca de três vezes para atender à demanda a ser gerada pela Nova Constituição, com aumento proporcional no número de juízes, tribunais e funcionários. Para ele, a concretização dos investimentos necessários para isso terá de demandar uma

enorme pressão da sociedade e do Poder Judiciário, "porque investimento em Justiça é abstrato, não dá voto e nem interessa ao governo, que passa a ser mais fiscalizado".

Em painel sobre o tema "A Ordem Econômica", o procurador-geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito de Queiroz, afirmou que a Nova Constituição não levou em conta o "símbolo de estabilidade que uma Constituição deve representar". Citando exemplo de outros países, que fizeram suas reformas constitucionais em duas legislaturas (uma para votação propriamente dita e outra para ratificação do texto aprovado), o procurador argumentou que "a elaboração do novo texto deveria obedecer a certa prudência, para evitar os transtornos a que o País será conduzido". Disse que o texto é muito longo, casuístico, contendo itens e assuntos próprios da lei ordinária e até mesmo de um planejamento de governo, frisando que o capítulo da Ordem Econômica contém "o excessivo número de 23 artigos e 67 regras com referência a 34 leis que deverão ser criadas para a regulamentação do próprio texto do capítulo". Criticou o tabelamento dos juros em 12%, a discriminação de empresas brasileiras e estrangeiras e a incoerência de se consagrar no texto o regime da livre concorrência e, ao mesmo tempo, instituir a reserva de mercado para empresas brasileiras de capital nacional.

No mesmo painel, o economista e professor da Universidade de São Paulo, Carlos Alberto Longo, afirmou que o texto da nova Constituição representa um atraso, um motivo de preocupação e é muitas vezes inconsistente, citando o fato de o Banco Central ficar proibido de financiar o Tesouro Nacional para cobertura do déficit público (ver também página 8), mas poder financiar instituições financeiras particulares e oficiais, como o Banco do Brasil, que poderá repassar recursos ao Tesouro. Sobre o tabelamento dos juros em 12% previu que, quando aplicada, a medida deverá resultar no oposto do pretendido, provocando o renascimento da figura do agiota e o fim do crédito pessoal, exatamente do qual se servem os mais carentes para suas aquisições.